



TÍTULO DO TRABALHO	
IZIDORA: POR UMA CIDADE ECOLÓGICA, PRODUTIVA E INCLUSIVA	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Tatiana P. F. Fonseca	Amau
Vivian F. Tofanelli	Amau
Bruno D. P. da Luz	Amau
RESUMO	
<p>Em agosto de 2014, a partir de uma parceria entre a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e as Brigadas Populares, deu-se início a um trabalho junto aos moradores/as da Ocupação Vitória, localizada na região da Izidora, que visava fortalecer iniciativas de produção agroecológica e agricultura urbana existentes no território e fomentar ações de conservação ambiental no processo de ocupação do espaço. A Ocupação Vitória surge, oficialmente, em junho de 2013 junto às Ocupações Rosa Leão e Esperança. Inicialmente de caráter espontâneo, as famílias que ocupavam a região passaram a se organizar em comunidades, amparadas pelos movimentos de moradia da cidade. Situadas no chamado vetor norte de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia, a área representa atualmente um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil. O trabalho consistiu inicialmente no mapeamento dos/as agricultores/as, tendo sido realizado o I Encontro dos/as Agricultores/as da Ocupação Vitória. A partir dos interesses e sonhos identificados neste primeiro momento, foi construída de maneira participativa a horta comunitária através de uma série de mutirões. Num segundo momento, foi realizado um ciclo de oficinas nos quintais produtivos dos/as moradores/as participantes cujas temáticas foram: gestão comunitária de resíduos orgânicos com ênfase na compostagem, manejo agroecológico de solos e conservação ambiental, adubação do solo sem o uso de fertilizantes químicos, propagação de plantas e agrobiodiversidade e controle ecológico de doenças e pragas. Ao final do curso, todos/as os/as participantes receberam certificados, entregues em cerimônia realizada na festa de aniversário de 2 anos da ocupação. Além de proporcionar a formação dos/as agricultores/as em práticas agroecológicas, o projeto trouxe à tona a grande diversidade de cultivos existentes nos quintais, tendo sido mapeadas mais de 60 variedades de plantas, em sua maioria alimentícias, além da criação de peixes e pequenos animais. Foi também possível resgatar saberes relativos às plantas medicinais e terapias tradicionais. O convívio permanente dentro da intimidade dos lares proporcionou o fortalecimento dos vínculos entre os/as moradores/as, que trocaram mudas, sementes e experiências de vida. A horizontalidade metodológica utilizada, sem hierarquias de professores/as ou alunos/as, estimulou a auto-estima dos/as participantes que encontravam ali um espaço de valorização dos seus saberes, atingindo seu ápice na entrega dos diplomas, o primeiro para muitos/as deles/as. Através deste exemplo, defende-se aqui a discussão da moradia para além simplesmente do teto proporcionado. A partir do resgate do valor de uso do solo urbano e do sentido social, não só da propriedade, mas da terra, a agricultura urbana é capaz de trabalhar as dimensões ecológica, produtiva e inclusiva de indivíduos invisibilizados e da própria cidade, sendo uma alternativa real para o fomento da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos.</p> <p>Palavras-chave: agricultura urbana; ocupações urbanas; agroecologia; horizontal.</p>	

IZIDORA: POR UMA CIDADE ECOLÓGICA, PRODUTIVA E INCLUSIVA

Tatiana P. F. Fonseca¹

Vivian F. Tofanelli²

Bruno D. P. da Luz³

RESUMO: Em agosto de 2014, a partir de uma parceria entre a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e as Brigadas Populares, deu-se início a um trabalho junto aos moradores/as da Ocupação Vitória, localizada na região da Izidora, que visava fortalecer iniciativas de produção agroecológica e agricultura urbana existentes no território e fomentar ações de conservação ambiental no processo de ocupação do espaço. A Ocupação Vitória surge, oficialmente, em junho de 2013 junto às Ocupações Rosa Leão e Esperança. Inicialmente de caráter espontâneo, as famílias que ocupavam a região passaram a se organizar em comunidades, amparadas pelos movimentos de moradia da cidade. Situadas no chamado vetor norte de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia, a área representa atualmente um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil. O trabalho consistiu inicialmente no mapeamento dos/as agricultores/as, tendo sido realizado o I Encontro dos/as Agricultores/as da Ocupação Vitória. A partir dos interesses e sonhos identificados neste primeiro momento, foi construída de maneira participativa a horta comunitária através de uma série de mutirões. Num segundo momento, foi realizado um ciclo de oficinas nos quintais produtivos dos/as moradores/as participantes cujas temáticas foram: gestão comunitária de resíduos orgânicos com ênfase na compostagem, manejo agroecológico de solos e conservação ambiental, adubação do solo sem o uso de fertilizantes químicos, propagação de plantas e agrobiodiversidade e controle ecológico de doenças e pragas. Ao final do curso, todos/as os/as participantes receberam certificados, entregues em cerimônia realizada na festa de aniversário de 2 anos da ocupação. Além de proporcionar a formação dos/as agricultores/as em práticas agroecológicas, o projeto trouxe à tona a grande diversidade de cultivos existentes nos quintais, tendo sido mapeadas mais de 60 variedades de plantas, em sua maioria alimentícias, além da criação de peixes e pequenos animais. Foi também possível resgatar saberes relativos às plantas medicinais e terapias tradicionais. O convívio permanente dentro da intimidade dos lares proporcionou o fortalecimento dos vínculos entre os/as moradores/as, que trocaram mudas, sementes e experiências de vida. A horizontalidade metodológica utilizada, sem hierarquias de professores/as ou alunos/as, estimulou a auto-estima dos/as participantes que encontravam ali um espaço de valorização dos seus saberes, atingindo seu ápice na entrega dos diplomas, o primeiro para muitos/as deles/as. Através deste exemplo, defende-se aqui a discussão da moradia para além simplesmente do teto proporcionado. A partir do resgate do valor de uso do solo urbano e do sentido social, não só da propriedade, mas da terra, a agricultura urbana é capaz de trabalhar as dimensões ecológica, produtiva e inclusiva de indivíduos invisibilizados e da própria cidade, sendo uma alternativa real para o fomento da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos.

Palavras-chave: agricultura urbana; ocupações urbanas; agroecologia; horizontal.

¹ Geóloga e membra da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU). E-mail: tatianapf.fonseca@gmail.com

² Psicóloga e Mestranda em Engenharia de Produção e militante das Brigadas Populares e AMAU. E-mail: vivian.tofanelli@gmail.com

³ Advogado Popular e membro da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) - E-mail: brunodemetriopl@gmail.com

Em agosto de 2014, a partir de uma parceria realizada entre os movimentos sociais Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e Brigadas Populares, ambos integrantes da rede de apoio das ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fomentada, principalmente desde junho de 2013, deu-se início a um trabalho junto aos moradores/as da Ocupação Vitória, localizada na região da Izidora. As atividades visavam fortalecer iniciativas de produção agroecológica existentes no território e fomentar ações de conservação ambiental e geração de renda no processo de ocupação do espaço. Além disso, pretendia-se também fortalecer a rede de agroecologia urbana da região metropolitana de Belo Horizonte através da inserção de novos atores por meio de uma metodologia horizontal que primasse pela participação ativa de todos os agentes envolvidos. Esse processo deu origem a novas formas de relação e organização comunitárias baseadas na pluralidade, horizontalidade e na potência da cocriação.

1. Caracterização e contextualização

A Ocupação Vitória surge, oficialmente, em junho de 2013 junto às Ocupações Rosa Leão e Esperança, embora relatos de alguns/mas moradores/as revelem residentes no espaço há, pelo menos, três décadas. Inicialmente de caráter espontâneo, as famílias que ocupavam a região passaram a se organizar em comunidades. As mais de 5.500 famílias que usualmente encontram-se em um cenário de extrema vulnerabilidade social – além de terem diversos serviços públicos negados, são-lhes violados os direitos à saúde, educação e assistência social –, não fosse o bastante, encontram-se ameaçadas de despejo. Através de sua organização e do amparo dos movimentos sociais, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), do Brigadas Populares, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da ampla rede de apoio, aquelas famílias conseguem firmemente resistir e buscar uma negociação que vise ao respeito do direito humano fundamental à moradia, travando o que é, hoje, o maior conflito fundiário urbano do Brasil.

Situadas no chamado vetor norte de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia, os aproximadamente 9,5 milhões de metros quadrados da Mata do Isidoro constituem o último cinturão verde da cidade, repleto de nascentes e de mata nativa preservada. Circundada por bairros populares, como Zilah Spósito, Ribeiro de Abreu e Tupi, a região foi marcada ao longo das décadas por ocupações irregulares. A região da Izidora é alvo de emblemática disputa, envolvendo, por um lado, Estado e mercado imobiliário, por meio de projeto urbanístico relacionado à Operação Urbana do Isidoro, e, por outro lado, outras

formas de produção do espaço, realizadas pelas ocupações urbanas Rosa Leão, Esperança e Vitória. O projeto urbanístico proposto envolve a implantação de sistema viário de grande porte, do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida/FAR, com aproximadamente 11 mil unidades, e o loteamento do território para absorver forte adensamento populacional e diversas atividades econômicas.

A região encontra-se em uma frente de expansão da malha urbana metropolitana, o que implica que apresenta características rurais e urbanas. Desta maneira, áreas pastoris ou de vegetação nativa, com cursos d'água, nascentes e atividades típicas do ambiente rural, como criações de animais e plantios, convivem com hábitos e problemas comuns às periferias urbanas. É sabido que as questões socioterritoriais da Izidora dialogam com processos mais amplos de produção das cidades periféricas, no Brasil e no mundo. Vive-se a intensificação de um modelo de vida urbana pautado por planejamentos uniformes, pela institucionalização de um mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais efetivas. Nesse contexto, desigualdades socioterritoriais são acentuadas e populações vulneráveis são excluídas da cidade, comumente desabrigadas ou tendo que arcar com os pesados custos de aluguel.

Faz-se imprescindível o processo de educação ambiental e o acompanhamento das práticas rurais, de preservação das matas e recursos hídricos a fim de resguardar o equilíbrio do meio ambiente nessas áreas. Dessa forma, pode-se estimular pessoas que, muitas vezes, possuem uma profunda conexão com a terra e com o plantio, a criar um terreno propício para o compartilhamento e o afloramento de saberes que eles/as já detinham.

2. Metodologia e atividades executadas

Todas as etapas do projeto foram desenvolvidas por meio de trabalho voluntário, utilizando-se recursos próprios, sem qualquer suporte financeiro externo. O processo foi integralmente, desde a idealização, planejamento, desenvolvimento, execução e avaliação, construído horizontalmente entre os/as moradores/as da ocupação e os diferentes agentes da rede de apoio e movimentos sociais que integraram as ações. Isso possibilitou uma profunda e verdadeira troca entre as oficinas, apoiadores/as e moradores/as, numa perspectiva emancipatória e fomentadora do desenvolvimento de capital social. Nesse sentido, a opção pela agroecologia e pelo emprego de tecnologias sociais norteou o desenvolvimento das atividades.

A metodologia adotada assemelha-se àquela proposta pela “pesquisa-ação”:

um método de pesquisa alternativo que pressupõe uma efetiva interação entre os pesquisadores e os indivíduos dos grupos sociais pesquisados em busca de soluções realistas para a resolução do problema proposto. Possui uma natureza argumentativa, o que quer dizer que ao mesmo tempo ela se choca com a concepção tradicional de pesquisa adotada pela linha positivista, uma vez que na pesquisa-ação as interpretações da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de discussão. A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social empírica emancipatória em que há estreita relação de cooperativismo entre os pesquisadores e os representantes da situação observada. Trata-se de uma pesquisa de cunho participativo voltada tanto para grupos de classes populares e/ou dominadas quanto para outras áreas, como as de organização técnico-organizativa (THIOLLENT, 1988, p. 15-30).

Desta maneira, para além do desenvolvimento de práticas produtivas agroecológicas entre pequenos produtores, ou de preservação ambiental, a formação de novas redes comunitárias e o desenvolvimento de uma nova cultura baseada no apoio mútuo junto a essa comunidade marginalizada constituem o principal potencial das atividades realizadas.

2.1 Mapeamento dos quintais produtivos

O trabalho teve início com o mapeamento de moradoras/es que já desenvolviam algum tipo de cultivo em seus quintais, tendo sido realizadas visitas às casas que apresentavam hortas, árvores frutíferas, roçados ou criações animais. Devido à grande extensão do território da Ocupação Vitória e à escassez de recursos, não foi viável a abrangência de todos/as os/as produtores/as existentes, tendo sido sistematizadas 16 experiências através de questionário aplicado pelos/as apoiadores/as participantes das atividades. Ainda assim, foi possível acessar uma diversidade de realidades e indivíduos que desenvolviam algum tipo de atividade agrícola.

Através dos questionários, traçou-se o perfil dos/as agricultores/as. De um universo de 16 entrevistados/as, observa-se a predominância de homens (14), faixa etária entre 40 e 50 anos (sete), com escolaridade baixa (10 apresentam Ensino Fundamental incompleto e três são analfabetos, não tendo frequentado a escola). Todos apresentam renda inferior a 1.600,00 reais e se mudaram para a ocupação para sair do aluguel (11) ou por morar de favor (três). Houve ainda dois casos em que o crescimento da família fez com que a moradia original se tornasse pequena para o total de moradores, o que levou os próprios chefes de família a sair de casa, deixando o imóvel para os/as filhos/as e netos/as. Metade dos entrevistados/as (oito) são filhos/as de agricultores/as.

Na etapa de mapeamento foi possível encontrar uma variedade riquíssima de alimentos: amendoim vermelho e roxo, uva branca, feijão andu, banana prata, jiló, berinjela,

quiabo, alface, mostarda, coentro, feijão de corda, diversas pimentas, cebolinha, funcho, chuchu, abóbora, jaca, erva cidreira, hortelã, hortelã-pimenta, inhame, taioba, laranjinha kinkan, maracujá, palma, alho, cebola, jiquiri, batata-doce, pau-brasil, mandioca, abóbora-moranga, juá, mamão, tomate, quiabo-chifre-de-veado, milho, caju, limão, banana-dedo-de-moça, banana-ouro, banana-sucarema, banana-da-terra, coco-anão, melancia, laranja-campista, laranja-Bahia, almeirão, cana, lágrima-de-nossa-senhora, taboa, jaborandi, cana-de-macaco, mertiolate, capim-meloso, carqueja, cenoura, beterraba... Além da criação de animais como galinhas, codornas e tilápias. Um dos agricultores identificados relatou que chegou a colher sacas de arroz e feijão que consumiu ao longo de meses. Tem-se conhecimento de criadores de abelhas nativas próximos à região de mata. Percebe-se, portanto, a potencialidade das dimensões ecológica e produtiva da comunidade.

2.2 I Encontro dos Agricultores/as da Ocupação Vitória

Após a etapa de mapeamento, foi realizado o I Encontro dos/as Agricultores/as da Ocupação Vitória no dia 24 de agosto de 2014, onde esteve presente um número expressivo de participantes, dentre moradores/as das ocupações Vitória e Esperança, e apoiadores/as das ocupações. O encontro teve início com um café da manhã coletivo, seguido pela apresentação dos/as participantes, dizendo seus nomes e lugares de origem, predominando o interior de Minas entre as respostas. Também responderam à pergunta “o que significa sua horta/terra pra você?”, revelando conhecimentos sobre plantas medicinais e o sonho de se criar um espaço de saúde natural na comunidade; a perspectiva de criação de uma horta comunitária e uma casa de sementes; a gestão dos resíduos orgânicos. Uma moradora relatou como se curou da depressão ao ir morar na ocupação. Outra afirmou: “Não gosto de apartamento, me sinto passarinho na gaiola. Aqui eu volto à minha infância”.

Deste encontro resultaram diretrizes para o planejamento de ações em parceria com os/as moradores/as, sendo a primeira delas a construção de uma horta comunitária. Esta ação se desenvolveu ao longo do segundo semestre de 2014.

O acesso à água foi o primeiro entrave apresentado ao coletivo. Decidiu-se então por cavar um poço para a captação da água através de mutirões dos quais participaram moradores/as e apoiadores/as. À época, o abastecimento de água nas ocupações da Izidora era frequentemente interrompido, tendo se normalizado posteriormente, não sendo mais o poço necessário.

A partir desta ação, deu-se início aos mutirões para construção da horta com a delimitação dos canteiros, realização de rodas de conversas sobre manejo adequado dos solos

e plantios agroecológicos. Houve a participação de crianças, jovens e adultos, alguns capinando e semeando, outros preparando o lanche para o momento de confraternização. A promoção da integração entre diferentes faixas etárias é um aspecto que merece destaque dentre as potencialidades da interação com a terra e com o meio ambiente.

Após a implementação da horta comunitária, foi constatada a baixa adesão dos/as moradores/as no processo de cuidado diário e manutenção dos cultivos, havendo uma mobilização mais expressiva apenas nos dias de mutirões. Através de conversas com integrantes da comunidade foi possível perceber que a distância, as atividades cotidianas e a ausência de uma entrada independente de acesso à horta (é necessário passar pelo quintal da casa de um dos agricultores para acessá-la) dificultaram uma maior apropriação deste espaço pelos/as moradores/as. Por outro lado, parece haver um consenso também de que este acesso deve ser restrito para impedir possíveis furtos de cultivos.

Figura 1 - Mutirão da horta comunitária



Fonte: Acervo do projeto.

Mesmo com as dificuldades encontradas, a horta auxiliou na promoção da visibilidade política da ocupação, tendo se tornado ponto de parada obrigatória para os/as visitantes do território. É inegável a boa impressão provocada junto à opinião pública quando se agrega o valor produtivo ao uso do solo. Além disso, expande-se o argumento da luta por moradia para a luta pela terra e as diversas possibilidades de uso que ela agrega (produção, lazer, educação,

saúde etc.). Sendo assim, constata-se o fortalecimento da luta política através do fortalecimento das práticas agrícolas no território.

2.3 Ciclo de oficinas

Com o desenvolvimento das atividades e graças a uma parceria entre integrantes da AMAU e das Brigadas Populares foi realizado um ciclo de oficinas agroecológicas nos quintais produtivos da Ocupação Vitória, no período de abril a julho de 2015. As oficinas foram ministradas pela agrônoma Luana Dayrell e pela agricultora urbana Júlia Amaral, ambas integrantes da AMAU. Ao todo, passaram pelos encontros 33 pessoas, sendo 12 participantes regulares contemplados com certificados. Destes, sete são moradores/as da Ocupação Vitória.

As temáticas foram pensadas coletivamente a partir da percepção das demandas dos quintais produtivos dos/as moradores/as participantes, nos quais os encontros eram realizados. As temáticas trabalhadas foram: a gestão comunitária de resíduos orgânicos com ênfase na compostagem; o manejo agroecológico de solos e conservação ambiental; a adubação do solo sem o uso de fertilizantes químicos; a propagação de plantas e agrobiodiversidade; o controle ecológico de doenças e pragas. (Tabela 1) Todo(a)s o(a)s participantes receberam uma apostila sobre hortas agroecológicas e agricultura urbana abordando os diversos temas discutidos nos encontros. A entrega dos certificados foi realizada durante a festa de aniversário de dois anos da ocupação, em 11 de julho de 2015.

O objetivo geral era promover o desenvolvimento comunitário socioambiental em conjunto com o fortalecimento da rede de agricultura urbana da região metropolitana de Belo Horizonte. Pretendia-se conscientizar e organizar as pessoas com relação à necessidade de preservação dos recursos hídricos e ambientais através de técnicas de saneamento e gestão de resíduos, tendo a agroecologia como principal ferramenta, além de promover segurança alimentar, e geração de renda por meio da produção sustentável e inclusiva.

Quanto aos objetivos específicos, tinha-se:

- * Formação e capacitação: realizar oficinas de educação ambiental com enfoque na gestão de resíduos, recursos hídricos, ambientais e capacitação em técnicas agroecológicas.

- * Intercâmbios e trocas de saberes: promover espaços de trocas de saberes entre agricultores/as urbanos e periurbanos; possibilitar o intercâmbio de experiências em diferentes sistemas produtivos; agregar novos/as agricultores/as à rede da AMAU; divulgar e multiplicar os conhecimentos adquiridos com a experiência no âmbito das ocupações da Izidora e da AMAU.

Tabela 1 - Primeiro Ciclo de Oficinas de Hortas na Ocupação Vitória - Agroecologia e Agricultura Urbanas

Data	Tema	Assunto	Prática
12/04/2015 e 26/04/2015	GESTÃO COMUNITÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	- O solo como organismo vivo - Processo de compostagem	- Compostagem (no chão)
17/05/2015	MANEJO AGROECOLÓGICO DOS SOLOS	- Manejo e conservação de solos - Importância da matéria orgânica - Cobertura morta - Processos de formação do solo - Ciclagem de MO e nutrientes - Fertilidade - Intemperismo (relação com o ciclo da água)	- Construção de canteiro alto
31/05/2015	ADUBAÇÃO DO SOLO	- Vivificação do solo - Adubação verde e biofertilizante - Uso de microorganismos eficientes (EM) na agricultura	- Preparo de Biofertilizante - Preparo da isca para produção do EM
14/06/2015	PROPAGAÇÃO DE PLANTAS	- Uso do calendário biodinâmico - Métodos de propagação de hortaliças - Plantas companheiras e antagônicas - Rotação de culturas (adubação verde)	- Preparo de sementeiras em bandejas e canteiros - Preparo do EM - Plantios
05/07/2015	CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS DE PLANTAS	- Manejo agroecológico de pragas e doenças - Identificação de pragas e de inimigos naturais	- Preparo de caldas e nosódios

O ciclo de oficinas agroecológicas representou um momento rico de trocas diversas. Realizadas de maneira participativa, na qual o conhecimento era construído de maneira horizontal, para além da capacitação nas técnicas propostas, o fortalecimento dos laços de sociabilidade e a elevação da autoestima, reflexos da dimensão inclusiva da agricultura urbana, talvez sejam os produtos de maior destaque.

Figura 2 - Entrega dos certificados durante o aniversário de dois anos da Ocupação Vitória



Fonte: Acervo do projeto.

Ao receber o grupo em suas casas, os moradores se orgulhavam ao mostrar seu trabalho, falar do quintal e das plantas e proporcionar o alimento do momento de confraternização. Por outro lado, ao adentrar o espaço do outro, se deparavam com dificuldades semelhantes às suas, tanto no âmbito construtivo quanto no produtivo, e soluções diversas e criativas. Esses momentos se refletiram diretamente no fortalecimento dos vínculos de cumplicidade entre os participantes.

3. Desenvolvimento comunitário e emancipação dos sujeitos através de processos produtivos - a criação de novos valores de uso urbano para a terra ocupada

O processo de urbanização, como descreve Azallim (2015), caracteriza-se pela distribuição socioespacial das cidades de forma segregativa, o que acarreta na exclusão de grande parte de seus/as moradores/as do acesso ao solo e à moradia, configurando uma disputa do território urbano entre aqueles que concebem a cidade a partir do seu valor de troca e os que a concebem por meio dos seus valores de uso:

Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses veem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca (MARICATO, 1997, p. 44).

Nesse contexto surgem as Ocupações Urbanas, autoproduzidas por aqueles que tem seu direito à moradia e à cidade negado. A tomada de um pedaço da cidade movida pela necessidade concreta configura-se como um grande aprendizado. Durante o conflito fundiário, através da luta, há uma potência de emancipação das pessoas envolvidas a partir da formação de consciência crítica e apropriação dos seus direitos, bem como na mobilização e participação social na busca por vias coletivas, ao invés de individuais, para resolução dos problemas sociais. Neste momento, o fortalecimento da resistência deve-se à unidade de luta centrada no conflito, o que proporciona a organização comunitária necessária para a conquista de moradia digna.

A experiência aqui relatada, imersa no maior conflito fundiário urbano do Brasil, representa a união da luta pela moradia com a agricultura urbana, somando à dimensão do conflito a perspectiva produtiva na busca por novos valores de uso para a terra ocupada, bem

como na ampliação do argumento de luta pela moradia para a luta pela terra e transformação da cidade.

Defende-se aqui a discussão da moradia para além simplesmente do teto proporcionado. As Ocupações Urbanas apresentam-se como territórios onde moradores/as, movimentos e rede de apoio experienciam o real exercício do direito à cidade, buscando construir novas formas de convivência, com valores de coletividade, cooperação, solidariedade e democracia. A partir do resgate do valor de uso do solo urbano e do sentido social, não só da propriedade, mas da terra, a agricultura urbana nesses espaços é capaz de trabalhar a cidade em suas dimensões ecológica, produtiva e inclusiva de indivíduos invisibilizados, sendo uma alternativa real para o fomento da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos.

O cultivo de alimentos dentro das cidades sustenta a dimensão de cidade ecológica na medida em que reduz o consumo de combustíveis fósseis no transporte de alimentos, promove a manutenção de áreas permeabilizadas e a melhoria do clima local e da biodiversidade urbana. Já em sua dimensão de cidade produtiva, apresenta-se como uma alternativa plausível para o cultivo de alimentos para atender à população marginalizada e desnutrida em contextos de crises diversas. Também é capaz de promover segurança alimentar e combate à pobreza urbana, além de ser uma atividade potencialmente geradora de renda através da comercialização dos produtos cultivados e processados. Com relação a este último aspecto, em geral a comercialização se dá através de circuitos-curtos, forma de comercialização na qual há, no máximo, um intermediário entre o produtor e o consumidor, garantindo assim preços mais justos dentro da ótica da economia solidária. Por fim, a agricultura urbana torna-se elemento de inclusão social na medida em que as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural, mostrando que são diversos os desejos e as possibilidades de existência na cidade (COUTINHO; COSTA, 2011).

Observa-se, como um dos resultados dessa experiência, o empoderamento dos sujeitos participantes da oficina, uma vez que estes vêm demonstrando um maior envolvimento na vida política da comunidade, atuando como multiplicadores/as dos saberes compartilhados nos encontros, bem como assumindo responsabilidades junto às coordenações. Acredita-se que tal fato se deve a alguns elementos, a saber: a formação de uma nova identidade coletiva dentro da ocupação; o estabelecimento de novas relações sociais; o fortalecimento do vínculo com a terra, possível pela agregação de um novo valor de uso ao solo e a valorização de seus saberes.

O aspecto da valorização dos saberes merece destaque no que diz respeito aos resultados. Como mencionado anteriormente, esses sujeitos sociais, devido às circunstâncias e dificuldades encontradas ao longo de suas vidas, tendo começado a trabalhar cedo, foram impossibilitados de concluir seus estudos, não chegando ao fim do Ensino Fundamental na maioria dos casos observados. Em uma sociedade tecnocrata e meritocrática, habituaram-se a se manter em silêncio diante dos “doutores” e “universitários”. No espaço proporcionado pelas oficinas, prezando pela horizontalidade, eles, os agricultores, eram os doutores, aqueles que, através de sua prática diária e intimidade com a terra desde a infância, conheciam o momento ideal de se colher a mandioca, a lua para plantio do quiabo, ou o melhor momento do dia para se irrigar a plantação. Através da temática da agroecologia, foi possível evidenciar que a sabedoria e o conhecimento não são exclusivos das salas de aula, que todos temos conteúdos a serem compartilhados, independente de classe, formação ou faixa etária. Frases como “Aqui não tem professor. Cada um fala um pouco do que sabe e construímos o conhecimento de todos”, dita por um agricultor participante, trazem à tona um pouco do impacto da convivência e metodologia empregada sobre a autoestima dos atores envolvidos.

Além disso, foi possível perceber um novo potencial no que diz respeito à organização comunitária e emancipação social quando se agrega ao processo de resistência o desenvolvimento de atividades produtivas. Na resistência vê-se um novo sujeito social emergir pela unidade na luta, em um processo semelhante, como colocado por Azallim (2015), ao de agregação definido por Callon, Lascoumes e Barthe (2001). Já no desenvolvimento de atividades produtivas, observa-se que a ação e organização coletiva se dão através do regime de composição, conceito também cunhado pelos autores acima, em contraponto ao regime de agregação, no qual as singularidades ficam em segundo plano em nome da unidade necessária à resistência,

No regime da composição coletiva, as singularidades, ao invés de serem deixadas de lado, são reivindicadas e a afirmação de seu conteúdo constitui a substância do debate político. [...] Nesse regime, a substância não está em contar as vozes que são feitas formalmente idênticas para fazer surgir, para além das diferenças secundárias, semelhanças qualificadas como mais profundas [regime da agregação]. Pelo contrário, deve-se considerar os interesses específicos, singulares, as vozes particulares, para, em seguida, as compor sem esconder sua existência (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001, p. 187-188).

Figura 3 - Oficina de controle de pragas e doenças de plantas



Fonte: Acervo do projeto.

Portanto, uma outra aposta é que, para o processo de emancipação e ampliação da consciência do sujeito coletivo como ativo na produção e transformação da cidade, faz-se necessária a retroalimentação entre regimes de agregação e composição, de modo que a organização social não se finde com a conquista da moradia, mas que essa seja apenas um começo, um elemento gerador de unidade, para criação de novas formas de sociabilidade não opressoras. “Estávamos trabalhando juntos por um objetivo comum, de não esperar o fim do capitalismo para experimentar viver de outra forma, outras relações de decisão, de convivência e de trabalho, diferentes daquilo que o sistema capitalista vinha impondo durante nossas vidas.” (TONE; LIMA; RESENDE; PERCASSI; ARANTES; PINHEIRO; BARBOSA, ano 2015).

4. Considerações finais

Através da escolha da agroecologia como temática central, foi possível constatar o envolvimento de sujeitos de diferentes perfis, idades e classes sociais no desenvolvimento de ações que promovem reflexões acerca da temática ambiental, social e econômica e da possibilidade de uma vivência alternativa. As atividades desenvolvidas estreitaram os

vínculos entre os diferentes sujeitos envolvidos, potencializando a biopotência capaz de fortalecer a luta política e de resistência num contexto de marginalização social.

A metodologia que preza pela horizontalidade na construção do conhecimento, valorizando a bagagem de saberes que os diferentes indivíduos envolvidos trazem, influenciou não só o aumento da autoestima dos participantes, como criou terreno fértil para propiciar uma atuação mais orgânica em sua comunidade. Esse incentivo ao envolvimento na vivência comunitária refletiu diretamente no maior empoderamento desses sujeitos em sua comunidade - a Ocupação Vitória -, passando a atuar de maneira mais efetiva nos processos coletivos, envolvendo-se em grupos de trabalho autônomos, ligados, por exemplo, à infraestrutura. Observou-se também que a opção por essa metodologia motivou e potencializou a participação dos/as moradores/as nos encontros e mutirões e possibilitou o melhor aproveitamento das oficinas e trabalhos realizados, por meio de uma participação efetiva e espontânea.

O trabalho de educação é gradual e constante, não sendo consolidado em um período restrito de atividades. Sendo assim, faz-se necessária uma agenda permanente de ações para que seja possível uma assimilação plena de conteúdos por parte de todos os agentes. Atualmente, a continuação e multiplicação se dá por meio da ação hoje realizada na Ocupação Tomás Balduino em Areias, Ribeirão das Neves, utilizando recursos provenientes do projeto “Agroecologia na Periferia: por cidades ecológicas, produtivas e inclusivas”, aprovado no Fundo Socioambiental Casa em parceria com a Caixa Econômica Federal. Buscamos, com isso, desenvolver um projeto dinâmico que esteja em constante aprimoramento. Fortalecemos as iniciativas pontuais de agroecologia e as interligamos, de forma a estabelecer uma rede de apoio mútuo, compartilhamento e solidariedade. Esse elemento é imprescindível uma vez que, devido à crescente especulação imobiliária, essas comunidades encontram-se quase permanentemente sob risco de remoção forçada. Contar com o apoio umas/uns das/os outras/os é um dos elementos mais significativos da resistência que elas encampam.

Por fim, vale a pena frisar que as atividades aqui descritas foram desenvolvidas sem qualquer financiamento ou apoio institucional, sendo fruto da dedicação voluntária dos/as participantes. Já foram alcançados resultados que refletiram na vida comunitária local, de forma que pretendemos replicar essa metodologia em diferentes comunidades no intuito de formar multiplicadores, incrementando assim as possibilidades de autogestão comunitária em consonância com os princípios da agroecologia.

Referências:

AZALLIM, W. *Produção colaborativa de valores de uso em Ocupações Urbanas: concepção técnica e política do espaço*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Le Seuil, 2001.

COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, Belo Horizonte, ano 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

MARICATO, E. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

TONE, B.; LIMA, C.; RESENDE, H.; PERCASSI, J.; ARANTES, P. F.; PINHEIRO, R.; BARBOSA, S. Mutirão Paulo Freire: movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis. São Paulo, ano 2015 Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/mutiraopaulofreire.html>>. Acesso em: 4 out. 2015.